



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria de Mudança do Clima
Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO TEMPORÁRIO DE TRABALHO DE ADAPTAÇÃO Nº
01/2023

Data: 19 de dezembro de 2023.

Horário: 14:10 às 16:40.

Local: Reunião Híbrida - Aplicativo Teams/Sala de Situação do Edifício Sede do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Participantes:

Nesta reunião, os órgãos que integram a GTT Adaptação foram representados pelos seguintes servidores: Inamara Mélo (MMA); Adriana Brito (MMA); Aloísio Lopes (MMA); Mariana Vitali (MMA); Shakti Prates Borela (MTE); Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares (MME); Pedro Alexandre Rodrigues Christ (MMA); Adriana Bayma (MMA); Maria Dandara Gonçalves (MIR); Patricia Chavez Gentil (MDS); Alex Bernal (MMA); Alexandre Resende Tofeti (MMA); Cláudia Franco (MMA); Vanda G. dos Santos (MPI); Angela Stoianoff (MMA); Gisele Bortolini (MDS); Agnes Soares da Silva (MSaúde); Thaís Araújo Cavendish (MSaúde); Roseli dos Santos Souza (Presidência); Marinez Sherer (MMA); Nadinni Oliveira de Matos Sousa (MMA); Thiago Longo Menezes (MMA); Liliane Ferreira da Silva (MME).

Também estiveram presentes: Ana Carolina Câmara (GIZ); Luciana Alvez (GIZ); Pablo Borges (GIZ); Natália Dalessandro (PNUD/MCTI); Maria Aparecida Honorio Sipaubá (MMA); Alexandre Falcão de Araújo; Aline Matos de Souza; Ana Dantas Mendez de Mattos (EPE); Bruna Pitasi Arguelhes (MDS); Carla de Paiva Bezerra (Presidência); Cláudia Maria Rosa (MMA); Eliane Lima e Silva (MSaúde); Elisângela Medeiros de Almeida (EPE); Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz (MCidades); Glaucé Maria Lieggio Botelho (EPE); Hermani de Moraes Vieira (EPE); Jean P. Ometto (Rede Clima/INPE); Klenize Chagas Fávero (MDIC); Laca Schmitt Caccia (WRI).

TÓPICOS DA REUNIÃO

AGENDA DO DIA

- **1- Instalação do GTT Adaptação:** Portaria, integrantes – Inamara
- **2- Atualizar encaminhamentos de reuniões anteriores:** Bilaterais, mapa de atores – pontos focais setoriais - indicação titular e suplente, Teams -GGT Adaptação Docs de Trabalho, Grupo Whatsapp - Inamara
- **3- Informe COP28 e Perspectivas do Brasil como Presidente do G20:** Aloísio Melo
- **4- Apresentar e aprovar o Plano de Trabalho do GTT:** + debate - Adriana
- **5- Apresentar a estrutura da Estratégia Geral de Adaptação:** Inamara
- **6- Apresentação** Capítulos 4 (Contexto), 5 (IVA) e Capítulo 6 (Objetivos, Visão e Princípios); Carolina e Natália
- **7- Próximos passos:** janeiro - Reunião e Oficina – Inamara
- **8- Encerramento**

Pediu-se permissão aos presentes para que a reunião fosse gravada. Como não houve manifestações contrárias, iniciou-se a gravação.

Devido ao tempo disponível para reunião optou-se por não realizar uma rodada de apresentações dos participantes

PAUTA Nº 1 – Instalação do GTT Adaptação

O MMA apresentou a Portaria PORTARIA SMC/MMA Nº 845, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023, que designou os membros titulares e suplentes, indicados pelos ministérios que fazem parte do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), que irão compor o Grupo Técnico Temporário de Adaptação – GTT Adaptação, responsável por elaborar a proposta de Estratégia Nacional de Adaptação, dos Planos Setoriais de Adaptação, e a consolidação desses documentos no Plano Nacional de Adaptação dos conteúdos relacionados à adaptação. Em seguida foram apresentados os nomes indicados na referida Portaria. Na ordem de Titular e Suplente, são eles:

I – MMA (Secretaria-Executiva do CIM, coordenador do GTT):

Aloísio Lopes Pereira Melo/Inamara Santos Melo;

II – MCTI (co-coordenador do GTT):

Diogo Victor Santos/Márcio Rojas da Cruz;

III - Casa Civil:

Karen de Oliveira Silverwood-Cope / Sérgio Luis da Silva Cotrim

IV - Ministério da Agricultura e Pecuária:

Gustavo dos Santos Goretti/ Kleber Souza dos Santos;

V - Ministério das Cidades: Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho/ Yuri Rafael Della Giustina;

VI - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar:

Jânio Oliveira Coutinho/ Lucas Zenha

VII - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços:

Jane Mattedi Matarangas/Gabriel Damasco do Vale

VIII - Ministério da Fazenda:

José Pedro Bastos Neves/ Matias Rebello Cardomingo;
IX - Ministério da Igualdade Racial:
Wdson Lyncon Correia de Oliveira/ Isadora de Oliveira Silva;
X - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional:
Paulo Alexandre de Toledo Alves/ Átila de Azevedo Caparrosa;
XI - Ministério de Minas e Energia:
Thiago Vasconcellos Barral Ferreira/ Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares;
XII - Ministério do Planejamento e Orçamento:
Gustavo Teixeira Lino/ Luciana Machado Teixeira Fabel;
XIII - Ministério de Povos Indígenas:
Cláudia Tereza Signori Franco/ Lílíana Pimentel
XIV - Ministério das Relações Exteriores:
Túlio César Mourthé de Alvim Andrade/ Bruna Veríssimo Lima Santos;
XV - Ministério da Saúde:
Agnes Soares da Silva/ Eliane Ignotti;
XVI - Ministério do Trabalho e Emprego:
Shakti Prates Borela/ Alline Bessa de Meneses;
XVII - Ministério dos Transportes:
Fani Mamede/George Yun
XVIII - Secretaria-Geral da Presidência da República:
Jarbas Vieira da Silva/ Fábio Tomaz Ferreira da Silva.

Na Portaria não estão especificados representantes para os planos setoriais/temáticos de Biodiversidade, Povos e Comunidades Tradicionais, Recursos Hídricos, Segurança Alimentar e Nutricional, Oceano e Zona Costeira, e Turismo. Considerando a importância dos mesmos na construção do Plano Clima-Adaptação, foi apresentada uma proposta com nomes para a condução dos planos setoriais. Sendo assim, foram apresentados os seguintes nomes:

Biodiversidade –Nadinni Sousa (T) e Adriana Bayma (S)
Povos e Comunidades Tradicionais - Cláudia Pinho (T) Angela Stoianoff (S);
Recursos Hídricos – Iara Giacomini (T) e Alexandre Tofeti (S);
Segurança Alimentar e Nutricional – Márcia Muchagata (T) e Gisele Bortolini (S);
Oceano e Zona Costeira – Ana Paula Prates (T) Marinez Sherer (S);
Turismo – Carolina Fávero de Souza (T)

MME solicitou a participação mais ampliada, considerando um grupo que vai trabalhar o tema de energia e outro com o tema da mineração pelo plano de indústria. O MMA informou que para algumas reuniões do GTT a participação é restrita aos membros e em outras reuniões, conforme agenda, poderá ser ampliada principalmente no momento do trabalho dos planos setoriais.

PAUTA Nº 2 – Atualização encaminhamentos de reuniões anteriores.

Apresentou-se o Mapa de Atores e foi solicitado apoio para preenchimento. Neste momento também foi informado acerca da possibilidade de participação de entes externos como instituições apoiadoras.

Informou-se que tem sido realizadas reuniões bilaterais com os representantes dos setores do Plano, e reforçou-se a importância da realização dessas reuniões com todos os setores. Até a

quinta-feira desta semana há possibilidade de agendamento, ou após dia 08 de janeiro. Os agendamentos podem ocorrer entrando em contato diretamente com a Sra. Adriana Brito (Analista Ambiental do MMA) ou com a Sra. Inamara Mélo. Também foi informado que, além dos representantes oficiais, poderão participar das reuniões bilaterais convidados externos, identificados no mapa de atores.

O MDS sinalizou que enviou uma lista ampliada de atores e queará a revisão considerando o cronograma de trabalho proposto pelo MMA.

Foi aprovada a criação de uma lista de transmissão para comunicações relevantes sobre as atividades do Plano Clima-Adaptação.

PAUTA Nº 3 – Informe COP28 e Perspectivas do Brasil como Presidente do G20.

Este item da pauta foi apresentado pelo Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação (DPMA), Sr. Aloísio Melo, que destacou que o Brasil possui condições de avançar na agenda de Adaptação até a COP 30, incentivando os outros países a fazer o mesmo.

Destacou-se que o trabalho a ser realizado pelo Plano Clima tem relação com a agenda internacional, e isso deve influenciar as propostas nacionais de atuação.

Foi informado que boa parte do enredo da COP28 foi mitigação, com o tema dos combustíveis fósseis. O acordo foi intermediário, ainda sem cronograma, mas com comprometimento de reduzir o uso, sendo a primeira vez que se acordou algo neste tema.

Ocorreram discussões sobre o Financiamento para adaptação e acordou-se sobre duplicar o orçamento global para adaptação, mas ainda não ficou claro o que se financia e como se contabiliza. Ampliar instituições brasileiras para acessar recursos do Fundo para Adaptação. Teve avanços no documento sobre metas globais de Adaptação, considerando ter metas temáticas água, segurança alimentar, saúde, erradicação da pobreza, entre outras. Importante o Brasil verificar onde, além dos 15 setores já definidos para o Plano Clima-Adaptação, vai querer investir esforços. Foi aprovado um grupo de trabalho para monitoramento de indicadores nestes temas.

Também avançou nas discussões do funcionamento do Fundo de Perdas e Danos.

O Brasil está entre os 10 países mais vulneráveis do planeta, considerando os impactos já observados, e isto se destaca no cenário internacional.

Ter 15 Planos Setoriais é uma estratégia ousada que poucos países têm se proposto a fazer.

O Brasil assumiu a presidência do G20 e em 2024 ocorrerão mais de 120 reuniões temáticas em diversas regiões do Brasil. Três temas de destaque: Combate à Fome, Transição Energética e Desenvolvimento Sustentável, e Reforma da governança das instituições multilaterais. O MFazenda-Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) cuidará de alguns temas e 15 temas mais políticos comandados pelo Itamaraty, um deles é climático/adaptação então será provocado um debate sobre este tema.

A Rede Clima – INPE informou que o financiamento para adaptação estará vinculado ao atingimento de determinadas metas, quanto mais conseguirmos convergir no Plano Clima Adaptação com estes indicadores

O MCidades citou importância de trazer a governança multinível para os indicadores do Plano Clima- Adaptação e investimentos em infraestruturas resilientes. O ministério pode contribuir com a métrica dos investimentos

PAUTA Nº 4 – Apresentar e aprovar o Plano de Trabalho do GTT.

Foi apresentado o plano de trabalho (slides 11 e 12 do ppt) com cronograma considerando as atividades: Reuniões do GTT-Adaptação, Oficinas de Trabalho para a Estratégia Geral, Oficinas dos Planos Setoriais, Seminário, Redação da Estratégia Geral e Redação dos Planos Setoriais, as entregas, uma reunião conjunta de Mitigação e Adaptação.

Considerar nos planos de trabalho a realização de debates públicos com a possibilidade de incorporar a participação da sociedade civil via “Plataforma Brasil Participativo” da Secretaria de Participação Social da Presidência da República com grandes plenárias regionais. Este caminho precisa ser validado politicamente entre os ministros. Se validado será construído um plano de trabalho considerando

O MCidades expressou preocupação com custos de implementação e incertezas de precificação dos custos da adaptação. Inamara esclareceu que esta é uma etapa posterior que dependerá de articulações dentro do governo. Haverá espaços para estas construções, identificar necessidades e definir custos entendendo que decisões políticas serão tomadas a partir destas identificações. Aloísio reforça que o importante é ter grandes números que embasem decisões de alocação de recursos, mas também é importante ser bastante pragmático e realista

O MSAúde expressou preocupação de estarem trabalhando no dimensionamento do custo da adaptação do setor e que precisaria ter uma uniformização da metodologia, aspectos a considerar para o dimensionamento. Inamara coloca que esta discussão precisa ser feita e aprofundada nas oficinas previstas no plano de trabalho que está sendo apresentado.

O MDS pergunta sobre como vai se dar a organização do trabalho dos setoriais, se o MMA coordena e como se dará o envolvimento dos estados e municípios. Inamara responde que o plano de trabalho envolve as atividades conjuntas, as que envolvem todos os setores. Inamara responde que observando este roteiro cada setor precisa considerar atividades adicionais para desenvolver o trabalho do setor, orienta-se que seja desenvolvida pelo setor uma proposta de trabalho específica.

O MME: está com dificuldade de acessar o link de acesso ao ambiente de trabalho virtual, precisa ser solucionada esta questão de acesso aos documentos para que se possa ter o conhecimento prévio e também posterior. Com relação ao plano de trabalho e cronograma, é importante ter a consciência de que o cronograma apresentado está bastante apertado. Na articulação que extrapola o setor e que também não é necessariamente o coletivo geral precisa ser criada uma dinâmica para isto. Tinha uma expectativa de uma construção da Estratégia Geral antes dos trabalhos com os setores, ela está sendo construída de forma concomitante dos planos setoriais. Inamara informa que o preenchimento de um formulário enviado no dia 13/11 é importante para acessar os documentos. Com relação à elaboração da Estratégia Geral terá uma primeira versão para orientar os Planos Setoriais e depois será complementada/revisada a partir do que constar nos setoriais.

O MPovos Indígenas solicitou alteração da data da oficina para mais cedo em janeiro por indisponibilidade de agenda da titular e suplente. Inamara informou que não será possível considerando que a disponibilidade da equipe do MCTI que precisa estar na oficina para apoiar a condução dos trabalhos e para colocar mais para frente não caberia considerando as demais atividades do cronograma. Como a oficina não é deliberativa, se poderia flexibilizar e ter a participação de representantes indicados pelo ponto focal.

A Casa Civil concorda de ter pessoas indicadas pelos pontos focais para participar quando titular e suplente não tiverem disponibilidade. Pediu esclarecimento sobre a participação da sociedade civil. Inamara informou que uma proposta ainda será discutida e pactuada pelo governo, ainda não tem uma proposta definida, existe uma intenção que carece de uma pactuação política para definir o tamanho que este diálogo deve assumir em relação ao Plano Clima, agenda climática do país. Precisa estar muito bem harmonizado entre os setores e ministérios sobre a forma de participação da sociedade civil estratégia de comunicação coordenada entre o MMA e os ministérios, precisa equacionada esta questão o quanto antes. Aloísio esclarece que está se preparando uma proposta de consulta e plano de diálogo mais amplo e que será trazido para o GTT-Adaptação.

O MSAúde considera que, com os prazos não será possível fazer uma consulta/pactuação de metas com estados e municípios dentro do calendário, mas alguma forma de consulta precisará acontecer, o ministério só poderá apresentar o plano setorial com consulta.

O plano de trabalho apresentado foi aprovado pelos participantes, presenciais e online, da presente reunião.

PAUTA Nº 5 – Apresentar a estrutura da Estratégia Geral de Adaptação.

Foi apresentada a estrutura da Estratégia Geral de Adaptação (slide 13).

PAUTA Nº 6 – Apresentação. Capítulos 4 (Contexto), 5 (IVA) e Capítulo 6 (Objetivos, Visão e Princípios); Ana Carolina e Natália - 20'

A GIZ informa que estão sendo elaborados subsídios para que nas oficinas sejam espaços de debate para a partir disto ser redigidas as minutas. Os subsídios referentes aos capítulos 4, 5 e 6 estão disponibilizados no ambiente de trabalho virtual. Esta é a metodologia de trabalho proposta tanto para a estratégia geral quanto para alguns aspectos dos planos setoriais.

O MCTI trouxe destaques com relação ao capítulo 5 que atenderá tanto subsídios para a estratégia geral quanto os planos setoriais. A parte da mudança do clima observada e futura, por enquanto o texto traz a observada, a parte futura está sendo desenvolvida pelo INPE e será disponibilizada em momento superior. Os principais riscos e impactos e projeções de riscos futuros serão apresentados com enfoque no contexto nacional, ainda não há detalhamento dos setores, o zoom dos setores constará nos planos setoriais. O custo da inação traz um custo de não adaptação levantado em um estudo. As opções de adaptação consideram os riscos

identificados e contexto. Grande parte dos subsídios está pautado na quarta comunicação nacional e já está publicado e foi feito um trabalho de sistematização das informações.

O MMA (Recursos Hídricos) pergunta se foi ou será utilizado o PNA existente, se vai se partir do zero. Qual a expectativa de objetividade para os planos setoriais. Inamara que efetividade envolve pactuação política e orçamento, mas ter algo consistente e enxuto na construção dos planos setoriais é importante. Aloísio aponta que é importante sistematizar um bom diagnóstico e ter um plano de ação com o que vamos fazer, como vamos fazer e como vamos medir, guias orientativos para ação, conteúdos complementares serão considerados como anexos.

A Rede Clima/INPE cita revisar o PNA existente é possível, mas a abordagem no momento é um pouco distinta.

O MME solicita ter acesso aos documentos para contribuir, sob o risco de prejudicar a elaboração da estratégia setorial. Informa que além dos pontos focais já indicados, gostariam de incluir: liliane.silva@mme.gov.br; ana.bittencourt@mme.gov.br; paulo.costa@mme.gov.br

Inamara reforça que os ministérios precisam indicar os e-mails de quem pode ter acesso ao ambiente virtual de trabalho via o formulário que foi disponibilizado na reunião de 13.11.23

PAUTA Nº 7 – Próximos passos

Inamara lembra a data da oficina presencial nos dias 25 e 26 de janeiro de 2024, a ser realizada na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Será um evento para nivelamento de conhecimentos, compartilhamento de informações e de construção coletiva para que se avança na elaboração da Estratégia Geral de Adaptação.

PAUTA Nº 8 – Encerramento

Adriana Brito (MMA) apresentou o caminho de acesso aos documentos no ambiente virtual de trabalho e orientou que a realização das contribuições nos documentos por meio de comentário e não inserindo diretamente no corpo do texto.